



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

BARBARA SILVA DE SOUSA

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS:
Estudo de caso em uma escola do município de Itaituba - PA

ITAITUBA-PA

2023

BARBARA SILVA DE SOUSA

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS:

Estudo de caso em uma escola do município de Itaituba - PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia.
Orientadora: Prof.^a Me. Elines dos Santos Batista

ITAITUBA-PA

2023

BARBARA SILVA DE SOUSA

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS:

Estudo de caso em uma escola do município de Itaituba - PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Elines dos Santos Batista

BANCA EXAMINADORA

Presidente/ Orientadora: _____ Nota: _____

Prof.^a Ma. Elines dos Santos Batista

Avaliador (a) 1: _____ Nota: _____

Prof.^a Esp. Mara Aparecida Pereira do Nascimento

Avaliador (a) 2: _____ Nota: _____

Prof. Esp. Margaret Ferreira de Aguiar

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 07 de agosto de 2023.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido o Espírito Santo para me dar auxílio nos momentos bonitos deste trabalho, me presenteando a saúde, paciência e sabedoria para concluir essa pesquisa.

Aos meu pai **Moiseis Rodrigues de Sousa** e minha mãe **Marcia dos Santos Silva** que esperaram e oraram junto comigo por esse momento me dando forças para concluir mesmo com todas as dificuldades. Me sinto feliz por realizarmos juntos.

Ao meu esposo **Maurício Barbosa de Sousa Filho** e minha filha **Maria Manuely Silva de Sousa** que pacientemente, sempre muito otimistas, me incentivaram sempre apontando o melhor caminho a seguir diante de todas as privações que passamos juntos para hoje chegarmos aqui.

Aos meus professores pela torcida e construção de quem eu sou hoje.

A minha Orientadora, **Elines dos Santos Batista** pelo empenho, paciência e dedicação em seu trabalho.

Ao seu **Ivan Mendonça**, primeira pessoa a acreditar que eu poderia ser uma professora e foi para mim uma ponte para que eu conseguisse tudo o que Deus já havia planejado para minha história.

Louvo a Deus por minha Faculdade; por me esperar e nunca desistir de mim mesmo quando eu já havia desistido de tudo.

Obrigada de coração a dona **Margaret** que nunca me abandonou e lutou por mim em todo o tempo de todas as formas sempre acreditando que eu seria capaz.

Hoje, essa conclusão de tudo se resume em uma frase que me define em todo esse processo: "A esperança nunca morre quando a fé continua viva".

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por se fazer presente em todos os momentos da minha vida, aos meus pais moiseis e Márcia por toda oração contínua sobre esse trabalho; ao meu sogro Maurício pela participação financeira e apoio emocional; ao meu esposo Maurício filho por sua paciência, apoio e orientação sempre; a minha filha, Maria Manuely pela consideração e confiança; que nos momentos mais difíceis esteve me ajudando com seu carinho, presença, incentivo diário na construção desse trabalho.

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é compreender quais as contribuições dos técnicos educacionais, com vistas à educação de qualidade. Os objetivos específicos dedicam-se a trazer um apanhado geral quanto ao histórico evolutivo da formação em Pedagogia e sua abrangência de atuação profissional e observar a dinâmica de problemas subjetivos e coletivos, internos e externos que se refletem na escola. O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e aplicação de questionário a um técnico educacional. Verificou-se que função do técnico educacional se ampliou, englobando às preocupações da Educação que se refletem na sociedade e vice-versa. Este profissional dedica-se, entre outras tarefas, a responder aos reclamos e à mediação de conflitos, a dar suporte para a gestão e para a docência, atenção aos pais e ou responsáveis e, principalmente, aos alunos no que tange às suas necessidades educacionais e emocionais. Ficou passível de conclusão que os técnicos educacionais representam papel de suma importância no desenvolvimento dos educandos, não somente voltados às questões pedagógicas, mas com um olhar sobre o educando como um todo, com vistas a uma Educação de qualidade.

Palavras-chave: Técnico Educacional. Contribuições. Desafios.

ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the contributions of educational technicians, with a view to quality education. The specific objectives are dedicated to bringing an overview of the evolutionary history of education in Pedagogy and its scope of professional activity and to observe the dynamics of subjective and collective, internal and external problems that are reflected in the school. The study is a bibliographical research, with a qualitative approach and the application of a questionnaire to an educational technician. It was found that the function of the educational technician was expanded, encompassing the concerns of Education that are reflected in society and vice versa. This professional is dedicated, among other tasks, to responding to complaints and mediating conflicts, providing support for management and teaching, attention to parents and/or guardians and, above all, to students with regard to their educational needs. and emotional. It was possible to conclude that educational technicians play a very important role in the development of students, not only focused on pedagogical issues, but with a view on the student as a whole, with a view to quality education.

Keywords: Educational Technician. contributions. Challenges.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é compreender quais as contribuições dos técnicos educacionais, com vistas à educação de qualidade. Os objetivos específicos dedicam-se a trazer um apanhado geral quanto ao histórico evolutivo da formação em Pedagogia e sua abrangência de atuação profissional e observar a dinâmica de problemas subjetivos e coletivos, internos e externos que se refletem na escola.

O ser humano é complexo, logo, a escola é complexa, por ser um ambiente onde convencem vigias, merendeiras pessoal do serviços gerais, secretários e gestores e técnicos educacionais docentes, alunos e seus pais e responsáveis. Todos com suas bagagens históricas e culturais, experiências e vivências. portanto, a escola recebe todos os dias seres humanos que compartilham dos problemas sociais, econômicos, familiares, de Saúde pública, de relacionamentos de toda ordem, enfim, tudo reflete-se na escola.

Os técnicos educacionais, neste contexto descrito, dedicam-se, mais especificamente, os docentes, no que tange a didática e metodologias e planejamento, como também, seus anseios e entrave, e, prioritariamente, aos alunos e família, conforme suas demandas. Então as questões norteadoras deste estudo compreendem: Quais as dificuldades e contribuições efetivas dos técnicos educacionais para a dinâmica escolar? Quais os principais problemas externos da atualidade que são refletidos no âmbito escolar? Como o diálogo, a afetividade a empatia se apresenta no ambiente escolar?

O estudo entrara-se em três capítulos. O primeira alicerça a pesquisa trazendo apanhado geral que informa a atuação do pedagogo em ambientes não escolares e nas modalidades de ensino. O segundo, trata dos aspectos conceituais e da evolução histórica da gestão, e dos técnicos educacionais que representam, na atualidade, o orientador e o supervisor. O terceiro capítulo, inicialmente, apresenta mais detalhadamente, metodologia utilizada, que se trata de uma pesquisa bibliográfica e, sequencialmente, aborda as dificuldade e contribuições dos técnicos educacionais, bem como, seu papel quanto às as problemáticas cotidianas, individuais e coletivas, que se refletem na escola. Finaliza-se com a conclusão do estudo e com a apresentação das referências utilizadas.

1 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO

1.1 PEDAGOGIA: ASPECTOS HISTÓRICOS, FORMAÇÃO E ABRANGÊNCIA

De acordo com Libâneo (2002), as questões referentes ao campo de estudo da Pedagogia, da estrutura do conhecimento pedagógico, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos e professores, frequentaram por décadas debates em todo o país.

A atuação do pedagogo esteve quase sempre direcionada ao espaço escolar. Ao longo dos anos o curso foi tentando se adaptar as novas demandas advindas da sociedade e as reformulações curriculares no perfil foram modificando também a função do pedagogo. A partir de 1996, segundo a Lei de Diretrizes de Bases nº 9394, o campo de atuação do pedagogo não ficou restrito a educação na escola.

O curso de Pedagogia passou a formar pedagogos aptos para atuarem, também, em espaços de educação não formal, por conta das demandas educativas advindas da sociedade, o que aponta para as transformações inerentes a todo processo sócio histórico e implica um movimento permanente de reflexão crítica sobre o papel do pedagogo na formação social dos sujeitos.

A educação perpassa por toda a esfera social, entre os mais variados espaços como, em casas, nas escolas, em praças, movimentos sociais ou políticos, espaços religiosos, em organizações não governamentais, entre outros e que, cada espaço poderá ter, ou não, intencionalidades distintas. Os objetivos e conteúdo da educação não são sempre idênticos e imutáveis, antes variam ao longo da história e são determinados conforme o desdobramento concreto das relações sociais, das formas de econômicas da produção e lutas sociais (LIBÂNEO, 2002, p. 79).

Para o autor o pedagogo perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo as esferas mais amplas da educação informal e não-formal. Nessa direção, Gohn (2006), esclarece que a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados e a educação informal é aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, na família, bairro, clube, amigos, etc.

A educação não formal é carregada de valores e culturas próprias, "de pertencimento e sentimentos herdados e a educação não-formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (GOHN, 2006, p.28).

De acordo com o autor a educação não-formal, ou seja, não escolar, capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo.

O curso de Pedagogia, regulamentado em 1939, pelo Decreto Lei de nº 1190/1939, previa a formação do bacharel para os que cursassem 3 anos, e aos que fizessem mais um ano de estudos dedicados as práticas de ensino e das didáticas, seria dado o título de licenciado para ensinar nas áreas de geografia, matemática, histórias e estudos sociais. Com a "homologação da 1ª Lei de Diretrizes e bases da Educação, LDB, de nº 4.024/1961, e posteriormente o Parecer CFE nº 251/1962 e 292/1962, não modificou o contexto do curso de Pedagogia" (OLIVEIRA, 2012, p.28).

O curso de Pedagogia seguia pela busca da sua identidade, havendo a necessidade de mudança, houve a proposta de uma nova Lei de nº 5.540 de 1968, conhecida como A Lei da Reforma Universitária (BRZEZINSKI, 2002).

Vieira (2008) fala que a Lei definiu, no artigo 30, os especialistas que atuariam nos sistemas de ensino, criando as habilitações em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação, mas, segundo o autor na Lei 5.540 ainda não se via a formação docente como prioridade.

Franco (2012, p. 69) alega que neste período, "o Brasil abria mão de uma perspectiva pedagógica revolucionária, inovadora, progressista, para entrar numa perspectiva pedagógica tecnicista e antidemocrática". No entanto, no ano 1969, em virtude da Lei da Reforma Universitária, o Parecer nº 252/69, retificava e organizava o curso de Pedagogia, tendo assim a intenção de habilitar o profissional da educação em orientação, administração, supervisão e inspeção educacionais, seja ele bacharel ou licenciado.

Na década de 1980, há debates com movimentos tais como: ANDES – Associação Nacional de Professores do Ensino Superior, ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração Nacional, ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, em busca de um único objetivo, a educação (FRANCO, 2012).

Em 1990, a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores – (CONARCFE) se transformou na então Associação Nacional pela

Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE e, na sequência dos fatos, formula-se a nova LDB de nº 9394 de dezembro de 1996, que em seu artigo 64, relata que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Em virtude da LDB 9394/96, outras instituições foram criadas e reconhecidas para a formação de docentes da Educação Básica, dentre elas os ISE - Institutos Superiores de Educação, que ofereciam programas e cursos, dentre os quais o Curso Normal Superior para a formação de professores para a Educação Infantil e para as series iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1996).

Com o novo quadro educacional que se formara, Pimenta e Libâneo, (1999) relatam que a atuação do Ministério da Educação e do CNE na regulamentação da LDB n. 9.394/96 tem provocado a mobilização dos educadores de todos os níveis de ensino para rediscutir a formação de profissionais da educação.

De acordo com Oliveira (2012), o documento final do Parecer CNE/CP n.3/2006, o curso de Pedagogia fica definido que destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

1.2 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NAS MODALIDADE DE ENSINO

O pedagogo pode atuar em diversas áreas em ambientes educacional e não educacionais, tais como: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior, Gestão Escolar, Ambiente não escolar e Orientação e Supervisão Educacional.

O pedagogo na Educação Infantil: no final do século XIX, conforme Kuhlmann Júnior (2010), surgiu o interesse pela educação infantil através da necessidade do trabalho feminino, visando o atendimento da nova sociedade que estava sendo formada e não o bem-estar das crianças.

Diante disto, corrobora Kramer (1992), informando que as creches surgiram destinadas a alunos de 0 (zero) a 3 (três) e pré-escolas de 4 (quatro) a 6 (seis) anos para satisfazerem a sociedade moderna:

A educação pré-escolar começou a ser reconhecida como necessária na Europa quando, nos Estados Unidos, dominava a depressão econômica dos anos trinta. Seu principal objetivo era garantir emprego a professores, enfermeiros e outros profissionais e, simultaneamente, fornecer nutrição, proteção e ambiente saudável e emocionalmente estável para crianças carentes de dois a cinco anos de idade (KRAMER, 1992, p. 22).

Em 1919 no Brasil, as creches surgiram para que as mulheres tivessem condições de trabalhar, nelas eram oferecidos os serviços destinados a higiene, alimentação e segurança, segundo o autor supracitado.

Nota-se que a educação voltada para a pré-escola surgiu pela necessidade do fator econômico de profissionais das áreas da saúde e educação que visavam o interesse financeiro sobre as crianças menores de 05 (cinco) anos de idade, que não tinham o acesso à educação respaldada em lei, e que os pais precisavam trabalhar e deixar as crianças em um local seguro, desta forma dispondo de suas habilidades e competências os profissionais da saúde e educação criaram a pré-escola no qual forneciam o melhor serviço para as crianças menores de 05 anos.

Somente a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 que as creches e pré-escolas foram inseridas no sistema educacional. De acordo com a LDB (BRASIL, 2007) em seu art.º 29, descreve que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Está promulgação do direito da inserção das crianças à escola é fruto das lutas e discussões da sociedade feminina da década de 1980, pois, após anos de lutas a sociedade conseguiu que as crianças tivessem o acesso à educação, visto que é na escola que as crianças aprendem a como conviver em grupo, portanto, a escolarização é fator indispensável para o desenvolvimento das crianças menores de 5 anos.

Segundo o art. 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988 as crianças e adolescentes tiveram direitos à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988).

Entre tantos avanços voltados à Educação Infantil, ressalta-se que em 1998, o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE) formularam as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, no qual preocupavam com a qualidade do atendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade (BRASIL, 1998).

Segundo Arribas (2004, p. 32): "a formação do educador deve ser entendida como um processo dinâmico, contínuo e permanente, tendo como base um conhecimento cada vez melhor da criança, conhecimentos psicopedagógicos [...]". Observa-se que para ser professor não basta apenas ter formação e sim estar disposto a ter práticas pedagógicas contínuas para estar preparado para ser espelho para outros cidadãos.

O professor da Educação Infantil deve se disponibilizar para está atualizando suas teorias pedagógicas, assim irá surgir resultados em suas práticas na vida das crianças, sendo vista que o professor é um espelho para os alunos, tornar-se um ser crítico e criador de novas práticas educativas de acordo com as necessidades dos educandos, terá uma aula dinâmica e de bom rendimento (FREIRE, 1996).

Observa-se, portanto, a importância que possui a da pedagogia na área de educação infantil, uma vez que o profissional desta área atua diretamente a questões ligadas a educação de crianças tendo uma participação grandiosa no momento de inserção destas na área da busca de conhecimento que as acompanhará até sua vida adulta.

No Ensino Fundamental: no Brasil, com o fim da primeira metade do século XX, surgiu após a preocupação de alfabetizar crianças e adolescentes de 07 a 14 anos de idade, que não frequentavam a escola e eram analfabetos, tornando-se preferência no atendimento educacional.

Diante disto, foi promovido, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9394/96, o acesso ao Ensino Fundamental, com duração de 9 anos, totalmente gratuito, em escolas públicas. Mais especificamente, a criança inicia desde os seus 6 anos de idade, tendo como objetivo a formação fundamental. De acordo com Gonçalves (2010, p. 21):

Como o problema também afetava amplamente a população de 7 a 14 anos, faixa etária já então tratada como alvo preferencial do atendimento escolar, o debate sobre a universalização do ensino foi logo pautado pela demanda por ampliação das possibilidades de inclusão deste contingente etário na escola e, de forma mais específica e focalizada, no ensino fundamental.

A preocupação com o problema de analfabetismo da população de alunos de 7 a 14 anos, considerou-se como público que tinha preferência no atendimento educacional, como já mencionado. Porém, este público acabava por ser deixado de lado, passando, na verdade, a ser excluído dentro da escola. De acordo com Oliveira (2007, p. 671):

Passávamos da exclusão da escola para a exclusão na escola. Os alunos chegavam ao sistema de ensino, lá permanecendo alguns anos, mas não concluíam qualquer etapa do seu processo de formação, em virtude de múltiplas reprovações seguidas de abandono.

Deste modo, observa-se que após o crescimento do Ensino Fundamental, com a obrigatoriedade de ensino, ocorreu a chamada exclusão da escola, que era a reprovação ou evasão escolar, que até nos dias atuais ainda são eventos corriqueiros presentes na sociedade brasileira.

De acordo com a LDB (BRASIL, 2007, p. 22), o currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, “[...] a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado”.

Do sétimo ao nono ano (7º ao 9º ano), os alunos estudam conteúdos voltados à base, conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ensino da Arte e Estudos Amazônicos. O currículo destinado ao Ensino Fundamental tem a obrigatoriedade de trabalhar conteúdos que tratem de forma direta os direitos das crianças e dos adolescentes, de 1º ao 6º ano, de forma a estimular os alunos através de atividades lúdicas, imagens, jogos, entre outros, com o objetivo de incentivar a criança a conhecer o viver socialmente (ALIENDE; CONDEMARIN, 2005).

Ainda conforme o autor supracitado, o pedagogo no Ensino Fundamental, em específico, como como técnico educacional, tem como competência favorecer momentos descontraídos, com o objetivo de induzir os demais docentes a analisarem sobre suas práticas e didáticas pedagógicas, em busca de uma boa interação entre professor e aluno, ao utilizar a leitura de códigos dentro de contextos ligados ao cotidiano.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA): historicamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), surgiu no período do Brasil, Colônia através da catequização dos indígenas, em meados da década de 1940, mais precisamente, em 1947, ocorreu

a primeira iniciativa do Ministério da Educação voltada para o atendimento educacional de jovens e adultos através da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos –CEAA (BEISEGEL, 1974).

Essa Campanha tinha o objetivo de educação para cada indivíduo, conforme suas capacidades físicas e mentais, habilidades, instrumentos de domínio da sua cultura, técnicas que o homem pudesse desenvolver e ajustar se socialmente (BEISEGEL, 1974).

A Educação De Jovens E Adultos está respaldada em lei através do decreto de n. 7.031 de 06 de setembro de 1978, que institui a criação dos cursos noturnos voltado para adultos analfabetos em escolas públicas, desde então esta modalidade passou a ser obrigatória no ensino público (BRASIL,1978).

Segundo o art. 208 da Constituição Federal 1978, o dever do Estado com a educação é efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL,1978).

Desta forma, os jovens e adultos que não puderam ser alfabetizados na idade certa, por algum motivo particular, foram vistos pelo Ministério Da Educação, para que tenham o direito de ler e escrever, de forma obrigatória e gratuita, conforme está escrito na lei, e que possam aproveitar tal conquista de seus direitos. De acordo com o Art. 37 da LDB (BRASIL,1978). Portanto, a Educação de Jovens e Adultos foi destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

Diante dos fatos relatados, o ensino do EJA foi destinado para jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade certa, conforme já mencionado, nos dias atuais, esta modalidade de ensino está sendo utilizada por jovens e adultos, opcionalmente, como um meio rápido para concluir os estudos.

A Educação de Jovens e Adultos tem se tornado uma das modalidades mais procuradas na atualidade, uma vez que grande parte dos ingressantes não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo, assim o pedagogo assume um papel primordial no que diz respeito a compreensão da vivência deste aluno e o estímulo a formação profissional deste.

Conforme Franco (2003), a atuação do pedagogo na Educação de Jovens e Adultos está voltada para a reflexão e organização de um plano de ação especificamente voltado para o ensino do EJA, sendo fatores e frutos do trabalho deste profissional, analisar como ocorre a transmissão dos conteúdos, buscar meios para que haja a permanência na escola e amenizar a evasão escolar, visto que, o pedagogo é o profissional capaz de mediar teoria pedagógica e práxis educativa.

Atuação do pedagogo no Ensino Superior: após a chegada da Corte Portuguesa no Brasil em meados do século XIX, ocorreu a estruturação do Ensino Superior no país, controlado pelo Estado que decidia quantas instituições seriam criadas, seus objetivos, curriculum e programas. Diante disto, surgiram as primeiras escolas superiores no país, tendo um modelo de ensino voltado apenas para as profissões liberais tradicionais, tais como: Direito, Medicina e Engenharias, que criadas em 1808, preservaram-se até 1934 (SAMPAIO, 1991).

As mudanças na educação do Brasil começaram após a Proclamação da República, em 1889, quando ocorreu a descentralização do Ensino Superior, que até então era privativo do governo, permitindo a criação de instituições privadas. Desta forma, entre os anos 1889 e 1918, foram criadas cerca de 56 universidades estaduais. O desenvolvimento do Sistema Federal, inicia-se em 1945, através da ideia de políticos e gestores de que cada Estado deveria ter uma universidade federal para o aprimoramento da cultura e da convivência social (MOREIRA, 2001).

O Art. 45 da LDB de 1996, afirmou que a educação superior passaria a ser ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (FRANCO, 2003). Nota-se que a educação superior ganhou seu espaço e surgiu a oportunidade de jovens e adultos se prepararem para as diversas áreas voltados para o mercado de trabalho.

Por meio da citada nova LDB a educação superior brasileira obteve mudanças que favoreceram a população brasileira. Na sequência, através da criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007 (BRASIL, 2007).

O governo tinha duas metas a serem alcançadas na educação superior, a primeira era as aulas no período noturno em universidades federais, e a segunda foi a articulação dos programas Fies e ProUni para que surgisse mais vagas nas universidades, voltado para um discurso retórico na qualidade do ensino, da educação, e a melhoria de vida da população que luta pelos seus direitos e deveres.

Por ser um profissional especialista em educação, o pedagogo está presente em todos os níveis educacionais, sendo um ser atuante voltadas nas práticas educacionais independentemente de qual nível educacional e, no Ensino superior este profissional irá ministrar conteúdos voltados a sua formação acadêmica (SAVIANI, 2004).

Assim, o pedagogo pode estar inserido no contexto da Educação Superior como professor, coordenador pedagógico, entre outras funções, já que este possui ampla habilidade, competência e aptidão para contribuir para a preparação profissional dos cidadãos.

Franco (2003), informa que os cursos de Formação dos profissionais da Educação devem considerar a diversidade brasileira e respeitar a autonomia institucional para elaboração de projetos pedagógicos, no mínimo de 3.200 horas, em período de formação de um mínimo de quatro anos para a integralização curricular.

Dentro da escola, além da docência em sala de aula, o pedagogo pode atuar em várias funções tais como, diretor, secretário escolar e técnico educacional. O técnico educacional engloba as funções de orientador ou supervisor educacional, se fazendo necessário compreender tais áreas e funções de atuação, o que se dedica a explanar no capítulo seguinte.

1.3 ORIGEM DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR

No Brasil, o Curso de Pedagogia, ao longo de sua história, teve definido como seu objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos em escolas e em outros ambientes, sobremaneira a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional (BRITO, 2009, p. 1). De acordo com Vieira (2008) o curso estruturou-se em 1939, e foi instituído pelo decreto-lei nº 1190 de 4 de abril.

O curso passou por diversas reformulações e até mesmo como previsão de sua extinção, seguida da demonstração de suas fragilidades. As mudanças direcionavam tanto para docência quanto para a formação de especialistas em planejamento, supervisão, administração e orientação educacional. Merece ser salientado que, nas primeiras propostas para este curso, a ele se atribuiu o estudo da forma de ensinar.

Segundo o CNE – Conselho Nacional de Educação (2005, p. 2), na década de trinta, os professores experientes realizavam estudos superiores em Pedagogia para,

mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias de estado e dos municípios.

Historicamente, o papel do pedagogo escolar foi marcado, em sua função e atuação, pela fragmentação de diversas habilitações, entre elas, a de supervisor, orientador, professor e outros. Essa fragmentação se evidenciava na formação diferenciada dos profissionais em cada uma das habilitações, com um corpo próprio de conteúdo, conhecimentos, atitudes e habilidades.

Era possível visualizar práticas específicas atribuídas a cada especialista no interior das escolas, nas quais, por exemplo, ao supervisor cabia a orientação dos planejamentos e do atendimento aos professores e ao orientador era atribuído o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem. (ALMEIDA; SOARES, 2010, p. 13)

No contexto atual, mais especificamente a partir da reformulação do curso de Pedagogia pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais, não há mais a formação baseada nas habilitações específicas, mas numa formação da Licenciatura Plena em Pedagogia, dessa forma o estudante ao longo de sua formação desenvolve habilidades e competências para o desenvolvimento de suas funções. Entretanto, é preciso considerar que a atuação do pedagogo escolar continua tendo por base, práticas centradas nas funções supervisora e orientadora, sobretudo relacionadas as práticas cotidianas pelas quais o pedagogo se depara no dia-a-dia da prática educacional.

Enfatiza-se ainda que grande parte dos cursos de pedagogia hoje, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, no planejamento e na gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares e de programas não escolares.

Durante toda a trajetória do curso de pedagogia até os dias atuais, percebe-se mudanças sofridas em algumas funções dentro do processo educativo. Esse intenso processo de mudanças originadas pelas relações sociais e capitalistas redefine o papel da educação e da escola, conseqüentemente interferem na organização do

trabalho escolar, mais especificamente nos papéis desempenhados pelos profissionais da educação no interior da escola.

Essas "[...] transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, em consequência dos processos de globalização, afetam a sociedade [...]". (FERREIRA, 1998, p. 123). Com isso surge a nova nomenclatura para os então supervisores e orientadores, denominado técnico educacional. No entanto, ainda em muitas instituições escolares ele é chamando de supervisor ou orientador.

Além disso, as funções de pedagogo estão relacionadas a outros elementos que permeiam a questão de mudanças, como as condições de trabalho, salário, formação, compromisso, entre outros. Percebe-se que atualmente há uma parcela significativa de pedagogos que estão trabalhando de forma unificada na escola, ou seja, não há separação das funções do supervisor e orientador educacional. Esses profissionais da educação, pedagogos, no exercício de suas funções são designados às funções de supervisão e orientação.

O trabalho do técnico educacional numa instituição de ensino é uma tarefa bastante complexa, visto que atualmente essa função engloba as antigas funções de orientador e supervisor. Dentro desse contexto, percebe-se conflitos existentes entre os profissionais da educação, que por sua vez percebe o técnico como um "vigia" de suas funções e não como um parceiro dentro do processo educativo. Podemos atribuir isso a falta de conhecimento das reais atribuições desse profissional, que ao longo do tempo foi se modificando, devido às alterações na função de pedagogo dentro do processo educacional.

A partir desse entendimento, e para uma melhor compreensão sobre a função do técnico educacional, tornar-se necessário conhecer as funções de orientador e supervisor educacional, buscando a contextualização histórica dessas especializações do curso de pedagogia. Historicamente este curso tem formado profissionais para o exercício de funções ligadas à gestão educacional, administradores escolares, orientadores e supervisores educacionais. Tais profissionais, muitas vezes, ao mudarem de unidade da federação, encontram realidades profissionais diferentes e, em muitas delas, o seu campo profissional apresenta-se restrito.

Analisando as origens da orientação educacional, constata-se que ela praticamente, surgiu no início do século XX, nos Estados Unidos, e com o objetivo primeiro de orientar os estudantes para uma adequada escolha de trabalho, com

intenções de orientação profissional. Mas o contato direto com o educando foi revelando as suas dificuldades, posteriormente ampliou-se naturalmente o campo da orientação, obedecendo à necessidade de assistir o educando no desenvolvimento de todas as suas estruturas física, mental, moral, social, científica, política e religiosa.

O precursor desse trabalho foi Frank Parsons, nos Estados Unidos, em 1908. Ele inaugurou o Centro de Orientação Juvenil e defendia a idéia de que a adaptação às ocupações depende do equilíbrio entre as características dos indivíduos e as exigências da função (GRINSPUN, 2006, p. 21)

Já no cenário brasileiro, a orientação educacional surge a partir de 1920, associada também no campo específico da orientação profissional. Foi oficializada em 1931 pelo professor Lourenço Filho, que criou o departamento de orientação educacional e profissional.

De acordo com Nérici (1992, p. 21) "o objetivo da implantação desse serviço era guiar o indivíduo na escolha de seu lugar social pela profissão". Nesse sentido caberia a orientação reforçar a ideologia das aptidões naturais, encaixando cada um conforme suas capacidades, seus esforços e suas responsabilidades.

Para entender a história da função supervisora se faz necessário abordar a supervisão educacional a partir da Revolução Industrial, que foi um grande avanço para a sociedade, onde a ação supervisora era exercida sobre os trabalhadores das fábricas.

De acordo com Rangel (2001, p. 69), "a ideia da supervisão surgiu com a industrialização, tendo em vista a melhoria quantitativa e qualitativa da produção, antes de ser assumida pelo sistema educacional, em busca de um melhor desempenho da escola em sua tarefa educativa."

Nesse período surgiu a necessidade de se ter um profissional responsável para inspecionar, controlar e vigiar os setores de produção das fábricas. Portanto, a supervisão surge com a revolução industrial migrando posteriormente para as escolas.

Neste contexto, a supervisão educacional se destaca, como meio de garantir o que foi planejado. Portanto, é possível concluir que as atividades de supervisão são exercidas como forma de controle no contexto educacional, no entanto, é bom ressaltar que esse conceito sofreu alterações positivas ao longo do tempo, segundo as exigências que a realidade lhe impõe.

A supervisão educacional no Brasil surgiu ainda durante a Primeira República 1889-1930, seguindo um modelo norte-americano, recebendo um nome de inspetor escolar, voltado somente ao ensino primário, com objetivo de controle e fiscalização das ações dos professores do ponto de vista administrativo, voltados mais para o cumprimento das leis educacionais do que pela melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Atualmente o pedagogo na função de técnico educacional, e especialista em educação, é um profissional que trabalha com estruturas, contextos e situações diversas daquelas em que na prática educativa acontece, pelo fato de que as práticas educativas estão presentes em várias instâncias da vida social. Pode-se considerar que há um consenso de que em seu exercício profissional, o pedagogo necessita estar habilitado a desenvolver atividades que abrangem:

[...] formulação e gestão de políticas educacionais; formulação e avaliação de currículos e de políticas curriculares; organização e gestão de sistemas e de unidades escolares; coordenação, planejamento, execução e avaliação de programas e projetos educacionais, para diferentes faixas etárias (crianças, jovens, adultos, terceira idade); formulação e gestão de experiências educacionais; coordenação pedagógica e assessoria didática a professores e alunos em situações de ensino e aprendizagem; coordenação de atividades de estágios profissionais em ambientes diversos; formulação de políticas de avaliação e desenvolvimento de práticas avaliativas no âmbito institucional e nos processos de ensino e aprendizagem em vários contextos de formação; produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico do campo educacional; formulação e coordenação de programas e processos de formação contínua e desenvolvimento profissional de professores em ambientes escolares e não escolares; produção e otimização de projetos destinados à educação a distância, programas televisivos, vídeos educativos; desenvolvimento cultural e artístico para várias faixas etárias. (FRANCO; LIBÂNEO; PIMENTA, 2007, p. 85).

Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelo pedagogo se transformaram em um grande leque de opções. Assim, se confirma a valiosa contribuição do pedagogo e das suas estratégias educacionais, pois a educação é um processo de influências relevantes, que reflete nas ações para com a sociedade. Diante das possibilidades de atuação deste profissional é necessário que este sempre busque novas estratégias de ações, atividades e planejamentos. Somente depois de usar diversos métodos de ensino ele saberá qual é o ideal para aquele determinado grupo que está sendo atendido.

O técnico educacional deve estar atualizado aos princípios teóricos estudados na sua formação de pedagogo, buscando se atualizar e se integrar a comunidade

escolar ao qual está inserido. Devendo ainda, estabelecer uma relação de confiança mútua, com os profissionais da educação, com discentes e todo aquele que faz parte do contexto educacional.

1.4 SURGIMENTO DO TRABALHO TÉCNICO NA EDUCAÇÃO

No Brasil, o aparecimento do pedagogo origina-se na institucionalização do sistema público de ensino advindo dos movimentos em prol da educação escolar na década de 1930. Os primeiros pedagogos assumem as tarefas de técnicos em educação junto aos órgãos públicos, com a regulamentação do curso de Pedagogia no Brasil em 1939, na verdade o Bacharel em Pedagogia ou chamado técnico em educação. Libâneo (2001, p. 40) afirma que: “nos anos 50 inicia-se a propagação de novas teorias educacionais originadas nos EUA e rotuladas com a expressão ‘tecnicismo educacional’, que se intensifica nos anos 70”.

Nessa época, o campo de trabalho para o bacharel em Pedagogia, enquanto “técnico em educação”, não era promissor, embora houvesse a expectativa de que o mesmo estivesse sendo preparado para exercer importantes atividades técnicas no Ministério da Educação. Não havia mercado de trabalho para a atuação profissional do bacharel em pedagogia e a alternativa viável consistia na realização do curso de Didática, tendo em vista atuar como professor no curso normal, sendo que este campo de trabalho não era exclusivo do pedagogo, podendo ser exercido por um licenciado advindo de outro curso.

Segundo Fiorine e Ferreira (2013, p. 4), havia uma inadequação em relação ao profissional bacharel, [...] de um lado, pela expectativa do exercício de funções de natureza técnica a serem realizadas por esse bacharel e de outro, pelo caráter exclusivamente generalista das disciplinas fixadas para sua formação” Havia uma proposta para bacharel trabalhar como técnico, mas não especificava qual seria exatamente o seu trabalho, o que se sabia era que “[...] atuando como técnico, o pedagogo aproximava-se de um perfil profissional não docente, ou seja aquele que exercia atividades administrativas vinculadas a educação (SOUZA, 2005, p. 4).

Mas, é a partir de 1960, que com a expansão da escola que o pedagogo especialista/técnico assume atuação intensa atendendo a demanda do capital, num dado momento em que a dominação econômica necessitava da contribuição da escola para a reprodução das relações sociais na manutenção das posições de cada

classe social. Para atender a essa demanda, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer 252/69, reformula o curso de Pedagogia e normatiza-o para que assuma a formação do administrador escolar, supervisor escolar e orientador educacional. Segundo alguns autores, a função desses profissionais é a de reproduzir as relações sociais mantidas pela sociedade capitalista.

A fragmentação criada pelas políticas tecnicista evidenciada na Reforma do Ensino Universitário com a Lei nº 5.540/68 e na reformulação do Curso de Pedagogia através do Parecer 252/69, estabeleceram uma divisão intencional e ideológica. Ao analisarmos estas mudanças é possível perceber que na verdade o que aí impera é a lógica do mercado de trabalho. Neste momento o sistema exige profissionais especialistas, ou seja, funções fragmentadas, sem a visão do todo, apenas voltada para a especificidade do objeto de trabalho. Sobre isso Saviane (2007, p. 120) argumenta:

As habilitações visavam à formação de técnicos com funções supostamente bem especificadas no âmbito das escolas e sistemas de ensino que configurariam um mercado de trabalho também supostamente já bem constituído, demandando profissionais com uma formação específica que seria suprida pelo Curso de Pedagogia, então reestruturado exatamente para atender a essa demanda.

Nessa perspectiva enfatizada pelo autor, pode-se considerar que este foi mais um momento de transformações do curso de pedagogia, e, ainda, bastante consistente para a construção da identidade do pedagogo. Nesse sentido, as essas habilitações colaboraram para a fragmentação das funções do pedagogo, dessa forma as habilitações (administração escolar, supervisão escolar, orientação educacional, inspeção escolar) implantadas no curso de pedagogia vieram preencher funções ideológicas e técnicas justificadas pela melhor formação deste profissional para o mercado de trabalho.

Assim, o curso de pedagogia, na concepção tecnicista é respaldada por uma legislação que sustentava sua reformulação, bem como da formação que se pretendia, evidenciava a lógica do modelo capitalista de produção e o trazia para dentro da escola. Nesse sentido, a escola produtora de conhecimentos à maneira fabril de produção, na qual as tarefas eram divididas na perspectiva de eficiência e da racionalidade técnica do trabalho, tinham o pedagogo como especialistas para as diversas partes do trabalho pedagógico escolar.

[...] o problema de encaminhamento que se deu à questão do curso de pedagogia reside numa concepção que subordina a educação à lógica do mercado. Assim, a formação ministrada nas escolas deveria servir à produtividade social, ajustando-se, o mais completamente possível, às demandas do mercado de trabalho que, por sua vez, são determinadas pelas leis que regem uma sociedade de mercado como está em que vivemos (Saviani, 2007, p. 26).

Pode-se perceber que a questão educativa é reduzida à dimensão técnica, secundarizando as exigências de embasamento científico. Formar o especialista em educação torna-se uma necessidade e, assim algumas noções, através das matérias de cada especialização, são transmitidas mecanicamente, articuladas com treinamento para serem aplicadas no âmbito das escolas. Nesse sentido a concepção tecnicista de educação ficou evidenciada e conformou a formação do especialista em pedagogia.

É sensato então, destacar a concepção de Garcia (1995), a qual defende o papel do especialista/técnico dentro da escola, ou seja, o orientador, o supervisor educacional e o administrador escolar. O autor faz um balanço bastante oportuno sobre as habilitações determinadas no Parecer 252/69. O autor considera que estas habilitações são necessárias a realidade escolar, sendo, portanto, explicitadas desta maneira para dar identidade ao pedagogo.

Nesse sentido, para Saviani (2007) a identidade do pedagogo está intimamente relacionada com sua formação profissional, com uma adequada fundamentação teórica que lhes permitirá uma ação coerente e com uma satisfatória instrumentação técnica que lhes possibilitará uma ação eficaz. Desta maneira, é pertinente lembrar do seguinte trecho de Libâneo (2006, p. 12) ao fazer uma crítica acerca da abrangência das funções do pedagogo:

[...] É difícil crer que um curso com 3.200 horas possa formar professores para três funções que têm, cada uma, sua especificidade: a docência, a gestão, a pesquisa, ou formar, ao mesmo tempo, bons professores e bons especialistas, com tantas responsabilidades profissionais a esperar tanto do professor como do especialista. Insistir nisso significa implantar um currículo inchado, fragmentado, aligeirado, levando ao empobrecimento da formação profissional.

Atualmente o mercado de trabalho exige um trabalhador que tenha múltiplos conhecimentos, uma visão generalista, que tenha interesse e disposição para uma formação continuada, uma aprendizagem permanente para o trabalho. É o que afirmam Santos e Andrioli (2005, p. 4): [...] “o mercado exige pessoas polivalentes, flexíveis, ágeis, com visão de todos, conhecimentos técnicos e um relativo domínio na

área de informática, que falem, leiam e escrevam em vários idiomas, que possuam habilidades múltiplas, e assim por diante”.

Torna-se importante destacar que muito foi criticado quando o tecnicismo educacional era a lógica do mercado, e assim a reformulação do curso de pedagogia com as habilitações foi vista como um atendimento a demanda do mercado, que necessitava de um profissional especialista. A identidade do pedagogo continua em processo de construção, juntamente com a construção de um curso de formação que não se sabe se deve formar para a lógica do mercado ou para se contrapor ao mesmo.

Hoje o técnico educacional é compreendido como o profissional que articula e organiza o trabalho pedagógico na e da escola, garantindo a coerência e uma unidade de concepção entre as diversas áreas do conhecimento respeitando as suas especificidades. Como profissional da educação, que tem a função de coordenar, organizar, promover, articular, mediar o processo educativo e pedagógico, o técnico deve refletir sobre os problemas sociais e educacionais, procurando, na coletividade, possíveis encaminhamentos.

Portanto, suas atitudes, práticas e conhecimentos promovem um impacto significativo no processo educacional, e, toda atenção deve ser dada no desenvolvimento das atividades desempenhadas por esse profissional para que possa promover um processo educativo relevante, contribuindo no desenvolvimento da sociedade.

2 ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O TRABALHO DO TÉCNICO EDUCACIONAL

2.1 CONCEITOS E PERSPECTIVAS DAS ATIVIDADES DO TÉCNICO EDUCACIONAL

O trabalho desenvolvido hoje pelo técnico educacional era exercido por mais de um profissional com terminologias diferentes no ambiente escolar. Antes havia dois profissionais no interior da escola, o orientador e o supervisor educacional, sendo que o primeiro era responsável para cuidar dos alunos e outro cuidava dos professores, acontecendo assim, uma divisão de papéis dentro de um mesmo ambiente educativo. Vale destacar, que em muitas escolas acontece essa divisão de tarefas. Diante desse quadro, é importante destacar alguns questionamentos que são essenciais para os pedagogos refletirem:

Como eram o ambiente e o trabalho da escola? Também fragmentados, também compartimentados, também com definições a priori do que é possível, necessário e desejável? Quem teria ou poderia ter a visão de conjunto da escola? Ou a visão das ações educacionais e pedagógicas que possibilitariam a formação daquele aluno, que deveria ser visto por inteiro? (PLACCO, 2002, p. 96)

Em muitas escolas existem dois profissionais trabalhando nesta função devido à demanda de alunos e professores, e também, percebe-se que ainda está enraizada a divisão de papéis nas práticas escolares. O trabalho pedagógico deve ou deveria ser desenvolvido em coletivo, porque todos os educadores precisam saber o que se passa na escola, independente de ter duas pessoas trabalhando na função técnica pedagógica.

Garcia (1995) defende o papel dos especialistas dentro da escola, ou seja, o orientador e o supervisor educacional. A partir desta perspectiva a autora traz algumas características e funções de cada um destes especialistas educacionais.

[...] o papel dos Supervisores é problematizar os conteúdos pedagógicos, é função específica da Supervisão, pôr em questão se uma criança pode ou não pode aprender tal conteúdo. Então eu convidaria os Orientadores a investigar o que a criança aprende e o que já sabe para participar também dessa discussão, colocando em questão as verdades pré-estabelecidas e definitivas em relação a prontidão e limites de aprendizagem (GARCIA, 1995, p. 7).

Ao analisar as características destacadas pela autora, é possível perceber que essas habilitações de supervisão e orientação educacional são necessárias a realidade escolar, sendo, portanto, explicitadas desta maneira não somente para a definição da função de cada um, mais para uma definição da própria identidade desses profissionais enquanto pedagogo.

Sobre a supervisão educacional Garcia (1995, p. 8) ainda aponta mais: “o Supervisor Escolar tem que dar o chão aos professores, ajudando-os a ensinar melhor e a sentirem mais satisfeitos com o resultado de seu trabalho”. Certamente, para realizar este trabalho, este profissional que é pedagogo, precisa estudar, ter uma atitude fundamentada cientificamente, pois assim dará segurança ao professor.

Poucas práticas profissionais terão pago um tributo tão alto às condições de tempo em que começaram a se desenvolver no Brasil [...]. Concebia como parte de um processo de dependência cultural e econômica e integrada a seguir a um projeto militarista-tecnocrático de controle do povo e da nação, a supervisão escolar apenas recentemente passou a emitir sinais de seu significado e seus propósitos tornavam-se objeto de discussão entre os participantes. (JUNIOR, 2013, p. 93)

O autor faz um balanço bastante oportuno sobre a trajetória da supervisão educacional. Percebe-se que desde a origem, esse profissional traz consigo a marca da inspeção e do controle. Apesar disso, com o tempo ganha outras dimensões em suas atribuições.

Nessa nova perspectiva, esse agente passa a atuar em outro campo do processo educacional, passando a ter um papel de assessoria e acompanhamento do trabalho docente como um todo, e isso implica que o supervisor terá que se atualizar constantemente, num processo constante de construção de conhecimento, conforme fica explicitado pela autora abaixo:

O supervisor tem por função, entre outras ações, acompanhar a classe do professor, superando os impasses de significados negativos impostos à palavra supervisão ou a uma certa prática de supervisão, transcendendo as concepções de controle, poder, coordenação e assessoramento. O supervisor passaria a se ocupar do campo de ensinar e aprender (MEDINA, 2002, p. 129)

Na concepção atual de supervisão educacional, seu papel é de articulador das ações técnico-pedagógicas entre professores, família, órgão central, obedecendo a um conjunto de normas, diretrizes e práticas das atividades. Nesse sentido, é importante salientar sobre a importância do papel desse profissional dentro do

ambiente escolar, bem como as suas implicações pedagógicas. Nessa perspectiva relata Rosa e Santana (2013, p. 2):

[...] é certo que podemos ter ensino de qualidade só com professores, todavia as pesquisas educacionais têm demonstrado à exaustão que as escolas que têm ensino de melhor qualidade contam sempre com a presença de alguma liderança pedagógica, sendo que muito frequentemente esta liderança é exercida pela direção, orientação, supervisão ou coordenação pedagógica, até pela possibilidade que têm, por contingência do tipo de atividade que exercem, de construir uma visão de conjunto da instituição.

Sabendo que a atuação do supervisor educacional é bastante expressiva nas instituições de ensino, não podemos deixar de destacar que os demais profissionais que atuam nos espaços escolares têm papéis significativos dentro do cenário educacional.

Outro ponto a destacar é que a supervisão num contexto amplo e transformador, voltada para práticas inovadoras, que conduzem os professores e a comunidade escolar para uma ação mais reflexiva e participativa. Isso mostra como o papel desse profissional é importante no âmbito escolar, ele deve estar atento às transformações sociais e educacionais para que possa desencadear um processo de acompanhamento pedagógico coletivo, auxiliando o educador no processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva é importante destacar:

A formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas sim através de um trabalho de refletividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto de saber a experiência. (OLIVEIRA; ROSINKSI, 2000, p. 7)

Outro ponto a destacar na função supervisora é sua relação com a formação continuada dos professores dentro do contexto escolar. Sabe-se que a formação inicial se dá a partir da graduação, que é uma base importante para o exercício da docência. No entanto é insuficiente, requer do professor uma atitude de busca de formação continuada ao longo do exercício profissional.

Na verdade, o supervisor educacional, no exercício específico como profissional articulador e mobilizador da equipe escolar, vivencia suas atividades intencionais voltadas para a melhoria do fazer pedagógico da sala de aula. O supervisor atua na constância da idéia do conjunto, colaborando para a melhoria no que apresenta a qualidade do ensino-aprendizagem proporcionada pela escola.

Acredita-se que esse profissional no exercício de sua função realmente comprometido com o processo educacional tem a possibilidade de contribuir com a construção de uma escola democrática e com qualidade de ensino.

O caminho percorrido pela orientação educacional no Brasil foi comprometido com a educação e mantendo relação com as tendências pedagógicas. Também, conforme se observa na história e seu trajeto, os objetivos e a prática da orientação eram claros, confirmados pela documentação legal que o determinam uma diversidade de atribuições, funções de acordo com concepções e áreas do conhecimento. Foram com as leis orgânicas de 1942, que pela primeira vez se encontram referências explícitas à orientação educacional. Sua função teria caráter corretivo e direcionado para o atendimento aos alunos problemas.

Outra função seria a de velar para que os estudos e descanso do aluno ocorressem de acordo com as normas pedagógicas mais adequadas. Também teria o papel de esclarecer possíveis dúvidas dos alunos e orientar seus estudos para que sozinhos buscassem sua profissionalização. Nesse sentido, o orientador poderia ser considerado como o “ajustador”, isto é, cabia a ele ajustar o aluno à escola, à família e à sociedade. Nesse período foram descritas as funções do orientador educacional e feitas às regulamentações do cargo de orientador.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 consolidaria, até praticamente 1996, a legitimação da orientação educacional dentro do espaço escolar, de modo especial para os cursos assim denominados primário e secundário. Segundo GRINSPUN (2001, p. 27) dentre as principais funções do orientador educacional destacavam-se: “a) Informar aos alunos sobre as oportunidades profissionais advindas com o êxito nos estudos; b) Conduzir individualmente cada aluno no processo de discernimento e escolha profissional; c) Achejar-se do aluno e sua história pessoal para melhor conhecê-lo e ajudá-lo”.

Dessa forma, o campo de atuação do orientador educacional era, inicialmente, apenas e tão somente focalizar o atendimento ao aluno, aos seus “problemas”, à sua família, aos seus “desajustes” escolares etc., pouco ou quase nada voltado à autonomia do aluno e à sua contextualização enquanto cidadão. Após, voltou-se à prestação de serviços, mas sempre com o objetivo de ajustamento ou prevenção. Hoje, porém, o papel desempenhado por tal profissional é outro, como se observa no texto abaixo:

Orientação, voltada para a 'construção' de um cidadão que esteja mais comprometido com seu tempo e sua gente. Desloca-se, significativamente, o 'onde chegar', neste momento da Orientação Educacional, em termos do trabalho com os alunos. Pretende-se trabalhar com o aluno no desenvolvimento do seu processo de cidadania, trabalhando a subjetividade e a intersubjetividade, obtidas através do diálogo nas relações estabelecidas (GRINSPUN, 1994, p. 13).

Hoje a figura do orientador está não só ao indivíduo, mas em toda a escola, ultrapassando a prática com pressupostos psicológicos. O orientador educacional no contexto atual segundo Grinspun (2001, p. 29), diz "respeito basicamente ao estudo da realidade do aluno, trazendo para dentro da escola, no sentido de melhor promoção no seu desenvolvimento". Portanto, a partir do conhecimento da realidade escolar do aluno e sua realidade no contexto social, econômico e cultural, busca atender professores e alunos para um melhor desenvolvimento nesse processo de ensino-aprendizagem.

Pascoal (2008) diz que o trabalho do orientador educacional deve ser o de propiciar a aproximação entre a escola e a comunidade, desvelando os papéis e a influência que diversas instituições, tais como clubes, indústrias, comércios locais, associações, etc., exercem na comunidade. Preconiza a liberdade de extrapolar o espaço escolar indo rumo à comunidade escolar. A autora evidencia, desta forma, que o campo de atuação do orientador educacional não se limita à microestrutura escolar.

O trabalho da orientação é longo e de difícil realização sem ajuda da escola família e alunos. Ele inicia com diagnóstico do problema, vai para o levantamento dos dados sobre as causas destes e, depois elabora um planejamento com alternativas de soluções levando em consideração os resultados da análise das prioridades do nível socioeconômico e cultural da comunidade em que o aluno está inserido.

Sendo assim, o orientador educacional hoje, além de conhecer o contexto socioeconômico e cultural da comunidade, bem como a realidade social mais ampla, o orientador educacional pode ser um profissional da educação encarregado de desvelar as forças e contradições presentes no cotidiano escolar e que podem interferir na aprendizagem. Portanto, a orientação cabe não apenas contribuir para a formação do educando, mas conhecer a realidade e, através de suas ações, instrumentalizar os indivíduos de forma que consigam se sentir sujeitos e agentes da transformação social, para que a sociedade em geral seja mais justa e humana.

Na atual conjuntura social, a sociedade exige uma demanda muito forte de profissionais capacitados. A educação contemporânea exige um profissional

dinâmico, criativo e flexível, pois os desafios que se colocam para os profissionais da educação, na atualidade, parecem se multiplicar dia após dia. As mudanças que ocorrem em nossa sociedade são caracterizadas tanto pela sua expansão como pelo ritmo acelerado em que ocorrem.

O mundo assiste hoje às intensas transformações, como a internacionalização da economia e as inovações tecnológicas em vários campos de saberes. Essas transformações levam à mudança no perfil desses diversos profissionais, afetando os sistemas de ensino (LIBANEO, 2001, p. 28).

A cada dia que passa o mercado de trabalho está mais competitivo, o que exige cada vez mais habilidades e competências do trabalhador. Nessa perspectiva a formação profissional hoje em dia, deve ser contínua. Além disso, traçar um plano de desenvolvimento pessoal de aprendizagem, buscando aprofundar o conhecimento desejado.

Em relação à função do técnico educacional deve-se ressaltar a importância de sua atuação em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas às organizações e aos processos de transmissão, assimilação e modos de ação dos saberes, com vistas a formação e ao desenvolvimento contínuo das capacidades humanas, intelectuais, sociais, cognitivas e afetivas, com a intenção de dar condições a novos saberes, habilidades, atitudes e valores, essenciais para o enfrentamento e às exigências contínua da atual conjuntura social, tendo como fundamento o trabalho pedagógico escolar.

Nesse sentido, pode ser destacado que a educação é um importante instrumento impulsionador da transformação social, ou melhor, é via para a mobilidade social e a chave de progresso individual e social. Nesse cenário, o técnico educacional, não pode ficar alheio ao processo de transformação sócio-político, cultural e organizacional. Para isso é importante repensar sobre a relevância desse profissional e seu papel no processo ensino aprendizagem.

O técnico educacional está em fase de conquista do seu espaço e de sua identidade. Nesse sentido, acreditamos que o fazer e a identidade desse profissional implicam o envolvimento com práticas educativas, fatos, situações, investigações e atuação dentro da variedade de atividades voltadas para o educando e o educador. Desse modo, alcançar o papel que se propõe a esse profissional exige um longo caminho a ser trilhado. Concluimos ainda, a importância do trabalho coletivo como desencadeadora de uma nova postura educativa.

2.2 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

A educação escolar dada sua complexidade apresenta inúmeros desafios, tanto para os docentes, quanto para o profissional técnico educacional, que por sua vez precisa elaborar projetos, direcionando seu trabalho de forma a garantir um processo educacional com qualidade, visando contribuir com o processo ensino aprendizagem dos educandos.

Torna-se importante salientar que a educação é um direito constitucional de cunho social. A Constituição Federal, em seu artigo 205, referência a educação como direito de todos e esclarece que é dever do Estado e da família valorizar e acompanhar esse processo, que deverá ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, objetivando o desenvolvimento integral da pessoa, além de seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O texto constitucional traça a amplitude do ato de educar que se traduz em investimento no desenvolvimento pessoal e profissional, colaborando para que os sujeitos envolvidos no processo educacional se constituam cidadãos críticos, politizados e comprometidos com o desenvolvimento social da sociedade. Há um entendimento de que é pela educação que o homem se desenvolve, daí a sua relevância como um processo permanente na vida dos sujeitos.

A concepção de trabalho pedagógico faz referência a uma noção ampliada do trabalho desenvolvido pelo professor na escola e de suas possibilidades de articulação entre a macroestrutura sócio-política e o cotidiano da docência nos espaços escolares.

Nesse sentido, entendemos que a concepção de trabalho docente, prática pedagógica, ou prática docente não são suficientes para dar conta do universo de compreensão que o trabalho pedagógico possibilita na concreticidade do seu desenvolvimento e na materialidade da sua práxis.

A escola, por exemplo, ao fragmentar seu trabalho, parece não só forjar a separação destes conceitos, mas também produzir uma distância surreal entre eles, levando à frustração o trabalho de professores e estudantes que desejam e/ou precisam emancipar sua atuação pedagógica.

Diante da especificidade das diferentes modalidades de ação pedagógica de que fala Saviani (1985, p. 28), cabe ao pedagogo evoluir de acordo com as novas

demandas do mundo globalizado e com a tecnologia inovadora que crescem exorbitantemente, aperfeiçoar seus estudos para se adaptar a estas novas tecnologias.

Segundo Libâneo (2001, p. 55), “a presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população”. Podemos compreender que a escola é uma estrutura institucional com práticas educativas determinantes em suas organizações pedagógicas e metodológicas. Como tal deve ser entendida e integrada com profissionais da educação que procurem entender o processo histórico dos envolvidos neste processo educativo.

Quem, então, pode ser chamado de pedagogo? O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista o objetivo de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2001, p. 161).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o profissional licenciado em pedagogia é tão necessário ao bom andamento das atividades escolares quanto o professor que atua diretamente com o corpo discente, e depara-se com alguns entraves e também conflitos nas relações as quais mantém consigo mesmo e também com os demais profissionais educacionais no desenvolvimento da sua prática cotidiana na escola.

Para o pedagogo, cabe não somente as atividades a ele atribuídas em forma de lei, como aquelas que surgem da necessidade diária particular de cada escola, pois se em determinada escola não faltam professores, o empecilho pode estar no aspecto físico, na falta de espaço para estudos e reflexão sobre o fazer pedagógico.

Segundo Placco (2002, p. 97), “a complexibilidade da sociedade e do conhecimento, as reformas educacionais, os problemas e as contradições da escola e da prática escolar, ao lado das mudanças do perfil e das necessidades dos alunos e na formação precária dos educadores”, são alguns desafios da escola, e conseqüentemente refletem no trabalho pedagógico dos profissionais que atuam no espaço escolar, sem falar no espaço físico, preparo das aulas, às relações professor aluno, etc., todos esses fatores envolvidos no processo educativo.

No que se refere ao processo de ensino aprendizagem, um dos desafios atuais é saber incluir as novas tecnologias de forma equilibrada e inovadora na sala de aula.

Isso requer do educador um amplo conhecimento, não só do que está disponível no mercado, mas de como essas ferramentas estão consistentemente alinhadas com a metodologia adotada pela escola e com o público alvo. A LDB propõe uma prática educacional adequada à realidade do mundo, ao mercado de trabalho e à integração do conhecimento. Essas possibilidades têm sido experimentadas em propostas educativas de utilização das novas tecnologias.

Torna-se importante destacar que o pedagogo não é apenas um simples educador, é mais do que isso. Diante das várias dificuldades que hoje existem na educação, ele "sofre" para poder exercer sua profissão. Portanto, para ser pedagogo, não basta só querer, tem que gostar, pois não é fácil passar pelas dificuldades da educação contemporânea e não desistir.

Diante disso, a escola precisa rever suas ações e o seu papel no aperfeiçoamento da sua prática pedagógica, sendo necessária uma análise sobre seus conceitos didático-metodológicos, na busca de uma adequação pedagógica ao atual momento, buscando assim, a sua função transformadora e idealizadora de conhecimentos pautando o resultado de suas ações em saber concreto. Sabemos que as dificuldades da escola são muitas desde a parte física, prédio e material didático e material permanente, quanto profissionais preparados para as novas metodologias.

Gadotti (2000, p. 6) afirma que:

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações.

Uma das funções da escola é garantir serviços educacionais de qualidade, garantindo a permanência e o acesso dos alunos na escola contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes, atuantes, com objetivos e ideais, para os desafios do mundo moderno.

Trata-se de uma tarefa complexa, que exige da escola um envolvimento que ultrapasse temas, conteúdos e programas que só toma corpo à medida que os educadores abraçam com garra os projetos a serem desenvolvidos, para isso os educadores devem ter clareza do seu papel dentro do processo educativo, que ajudam a construir novos conhecimentos, apresentando novas possibilidades e porque não dizer oportunizando a aquisição de novas competências.

Diante disso o trabalho educativo constitui uma atividade de cunho intelectual, onde se articulam as dimensões do saber, do saber-fazer e da reflexão em torno dos seus objetivos enquanto prática social, vale ressaltar que tais habilidades não envolvem somente o domínio de técnicas e ferramentas práticas, mas a compreensão de suas relações com o contexto social no qual se realiza e os propósitos transformadores de que deve se revestir em relação aos sujeitos do processo educativo e à realidade social na qual estão inseridos.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico propicia o domínio de saberes construídos e perpetuados ao longo da existência humana, bem como a formação de um ser social político e cultural. Assim, a compreensão sobre a realização do trabalho pedagógico no contexto escolar está profundamente vinculada as concepções, aos saberes profissionais, a relação educador e educando, aos desafios e perspectiva desencadeados no exercício profissional.

Diante desses aspectos, vislumbra-se a necessidade de se concretizar um trabalho pedagógico sob a ótica das atuais demandas educacionais e sociais, que favoreça a melhor articulação entre teoria e prática, a luz das necessidades e possibilidades dos contextos escolares.

2.3 RELAÇÃO DO TÉCNICO COM OS COLABORADORES DA ESCOLA E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Por possuir um papel importante na escola as atribuições do técnico educacional ou especialista em educação é de suma importância para que haja um processo de ensino-aprendizagem saudável para os alunos da escola. Este profissional enfrenta inúmeros fatores que desviam o foco da sua real função que é coordenar, planejar e acompanhar todo o processo didático pedagógico da escola, desenvolver no decorrer do dia a dia diversos atendimentos, seja voltado para pais e alunos, e auxilia para resolver situações de professores com quais trabalha.

A escola é um ambiente que vive em constante mudança, pois tem a obrigação de acompanhar as transformações do mundo, o avanço tecnológico invadiu este ambiente que automaticamente possui a obrigação de adequar-se a tais mudanças, assim surge exigências e responsabilidades educativas novas, metodologias diferenciadas para que haja educação, com isso, o coordenador pedagógico busca

meios para formar os professores para que ambos andem juntos com os avanços tecnológicos (RIOS, 2001).

Torna-se função do técnico educacional lidar com o lado emocional do professor, no decorrer dos anos a responsabilidade e exigências sobre estes profissionais está crescendo, fazendo com que seja traduzido que devem se acomodar nas exigências que estão sendo impostas a este profissional da educação (ESTEVE, 1999).

Proponho que os profissionais da educação formados pelo curso de Pedagogia venham a atuar em vários campos sociais da educação, decorrentes de novas necessidades e demandas sociais a serem regulados profissionalmente. Tais campos são: as escolas e os sistemas escolares; os movimentos sociais; as diversas mídias, incluindo o campo editorial; a áreas da saúde; as empresas; os sindicatos e outros que se fizerem necessários. (LIBÂNEO, 2001, p. 14).

Assim, o Pedagogo é um profissional que possui um leque de oportunidades para estar atuando em espaços educacionais além dos muros das escolas, diante disto este profissional tem a habilitação de atuar nos campos da orientação, supervisão, coordenador, planejamento educacional, ou qualquer atividade de natureza pedagógico educacional, ressalta se que, todo o profissional da área educacional deve estar atualizando os seus princípios teóricos estudados de acordo com os avanços tecnológicos, visando melhorar o processo educacional das escolas.

De acordo com Saviani (2007, p. 65): “[...] no século XX a ênfase se desloca para os métodos de aprendizagem, estabelecendo o primado dos fundamentos psicológicos da educação”, ou seja, o técnico educacional teve dificuldades ocupar tal função, assim, quem resolvia problemas relacionados aos pais, alunos e demais colaboradores da instituição de ensino era a equipe diretiva.

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula. É fato que o número de escolas está sempre aumentando. Há uma tendência de construção de escolas cada vez maior, com consequências na organização do espaço físico e dos recursos materiais, na gestão do processo organizativo, na organização administrativa e curricular, na coordenação das atividades pedagógico-didáticas dos professores. São tarefas complexas que requerem habilidades e conhecimentos especializados, tanto quanto se requer por parte do professor conhecimento especializado da matéria que leciona (LIBÂNEO, 1996, p. 127).

De acordo com o que enfatiza o autor, toda a formação que o profissional da área educacional deve estar voltada para as práticas educativas e pedagógicas, com o intuito de fazer crescer o desenvolvimento de atividades educativas de forma significativa e comprometedora, por isso, é indispensável que todos os colaboradores da escola estejam dispostos em fazer educação, e auxiliar no desenvolvimento do bem maior da escola, que é o aluno, tendo seriedade e responsabilidade para garantir o desenvolvimento da educação.

Observa-se que a escola é a segunda casa do aluno, é um lugar onde o mesmo deve sentir-se acolhido, importante e respeitado, sentindo-se assim, o aluno terá vontade de permanecer na escola e adquirir o conhecimento, através destes fatores torna-se um desafio para o técnico fazer com estes alunos estejam inseridos em todas as atividades desenvolvidas na escola. A escola é uma instituição fundamental na vida do indivíduo, pois trabalha com o objetivo de evoluir a sociedade no qual está inserida, como instituição social possui objetivos e metas que busca alcançar no decorrer do ano letivo.

Luckesi (1992, p. 32) frisa que o planejamento é: “um conjunto de ações coordenadas visando atingir os resultados previstos de forma mais eficiente e econômica”, afirma-se portanto, que o planejamento é uma ação de organização, fundamental para toda ação educacional, assim, o técnico educacional e os colaboradores da escola buscam metodologias para obter resultados positivos dos conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30).

São inúmeros os objetivos para planejar uma boa atividade educacional, é importante ressaltar a importância de planejar o processo de avaliação do trabalho do docente, pois é nela que será visto como está o processo de ensino e aprendizagem do aluno, é através da avaliação que o docente analisa as progressões e dificuldades dos seus alunos, onde terá resultados concretos do seu público alvo.

Faz-se necessário que o técnico e o professor sejam conhecedores da realidade de vida dos alunos, desde a diagnose onde iram identificar as dificuldades que os mesmos apresentam, onde promoveram as intervenções com o objetivo de que os alunos ultrapassem suas limitações, resultando em um bom rendimento escolar, e o trabalho do professor irá ultrapassar diversas barreiras que prejudicam o seu trabalho.

O ambiente educacional está em constante transformação, segundo Heerdt e Coppi (2003, p. 69): “o grande desafio, sem dúvida, não é o de estar ciente destas transformações, mas sim integrá-las e contemplá-las no trabalho educacional”, diante disto, torna se função da escola promover ações voltadas na construção de novos conhecimentos, tendo que refletir sobre ações e condutas no ambiente educacional com o objetivo de promover o crescimento do aluno.

2.4 INTERAÇÃO DA ESCOLA E DO TÉCNICO EDUCACIONAL COM A FAMÍLIA

A atribuição do técnico educacional surgiu com a união dos cargos supervisor e orientador educacional, fazendo com que seu trabalho ultrapasse os muros da escola, anteriormente, este profissional era visto com um inspetor e disciplinador de alunos, jamais visto com um intermediador de conflitos escolares, e facilitador do trabalho docente, auxiliando a formação de cidadãos críticos com a ajuda do professor e da família. Os pais, possuem um papel importantíssimo no desenvolvimento educacional dos seus filhos, fazendo com que eles planejem o que julgam necessário para a vida (CURY, 2003).

Você pode não ter dinheiro, mas se for rico em bom senso, será um pai ou uma mãe brilhante. Se você contagiar seus filhos com sonhos e entusiasmo, a vida será enaltecida. Se for um especialista em reclamar, se mostrar medo da vida, temor pelo amanhã, preocupações excessivas com doenças, estará paralisando a inteligência e emoção deles [...] (CURY, 2003, p. 31).

Nota-se, que o autor incentiva os pais a motivar seus filhos, a mostrar a eles o sonho de uma estabilidade financeira e social melhor, se tiverem o auxílio do técnico educacional e os professores, os familiares terão jovens seguros e capazes. Observa-se também, que o autor também critica pais que transmitem negatividade para seus filhos, como por exemplo preocupações, onde reflete na vida do aluno causando inúmeros problemas, cabe aos pais, professores e técnico educacional orientar seus

alunos para que adquiram maturidade com o decorrer do tempo para desfrutarem de uma vida independente, trata-se de uma independência financeira, social e emocional.

O objetivo de criar um filho é permitir que o mesmo descubra o que quer ser enquanto adulto, tornar-se uma pessoa capaz de se auto satisfazer é um fator indispensável para que este aluno consiga se sentir importante na sociedade em que está inserido, desenvolvendo relações construtivas e satisfatórias para a construção da identidade, diante disto, a escola e a família desenvolvem o sentimento de dever cumprido ao ver o aluno crescendo na vida pessoal e profissional (BETTELHEIM, 1992)

A equipe diretiva da escola é quem deve promover a criação de um ambiente educacional propício para que haja a participação da sociedade no desenvolvimento de cidadãos críticos, assim, a escola ofertará espaços de interação na troca de experiências e ideias, resultando em uma educação de qualidade e formadora de cidadãos críticos (LUCK, 2001).

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 67).

Nota-se que, o processo efetivo da educação ocorre nas práticas pedagógicas, e de uma equipe diretiva que valoriza a cultura e o contexto familiar dos alunos. Assim, o técnico educacional buscará metodologias que englobem a participação direta da família em atividades desenvolvidas no contexto educacional, fazendo com que haja superação das dificuldades encontradas no dia a dia.

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo: no entanto a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa instituição. A escola tem sua metodologia, sua filosofia, no entanto ela necessita da família para concretizar seu projeto educativo (PAROLIN, 2003, p. 99)

Deste modo, compreende-se que a escola e a família são duas unidades que precisam andar uma do lado da outra para que consigam alcançar o objetivo de preparar o aluno para o mundo, não deixando a desejar a responsabilidade que cada uma possui no processo educacional do aluno. É um fator fundamental do técnico

educacional promover projetos em benefício da conscientização do papel da família na vida do aluno.

É importante frisar que a escola nunca educará sozinha, porém, torna-se atribuição da escola junto com os pais continuar discutindo, informando e principalmente orientando sobre as ações voltadas para a elaboração das propostas pedagógicas, ressalta-se que a família sempre reconheça a sua responsabilidade com o aluno (REIS, 2007)

São inúmeros os desafios postos diante do professor, fazendo com que amenizem a produtividade do docente no ambiente educacional, diante de vários fatores que abalam a sua produtividade enquanto docente, a mudança, o novo, o questionamento, o diferente, quase sempre são causa de insegurança e medo. Mas é necessário ousar e enfrentar estas dificuldades em parceria da família para que possa ter resultados positivos no ambiente educacional (HEERDT, 2003).

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2001, p.11).

Assim, faz-se necessário a intervenção do técnico educacional e a família para que conscientize o docente à autoavaliar-se em suas aulas, fazendo com que reorganize suas metodologias voltadas na facilidade de assimilar os conteúdos enquanto aluno, valorizando o ritmo e a potencialidade de cada, tendo em vista que assegure que todos recebem a equidade, de acordo com a realidade da sociedade no qual está inserido, e valorizando a cultura e espaço de cada aluno.

Observo que, apesar das teorias que embasam a nossa prática educativa, os testemunhos vêm inflamados de emoção e distantes das teorias preconizadas. Essa realidade vivida não corresponde aos que gostariam de viver. Encontrei no tema lição de casa uma realidade que é vivida/sofrida e distante da idealizada. [...] Poucas, escolas, educadores ou crianças falam bem e de forma construtiva dessa "tarefa". Parece que a lição de casa está em volta de uma sombra e precisa ser clareada. Ela é ou tem sido em muitas escolas e famílias uma tarefa que não tem servido para nada, e não é responsabilidade de ninguém especificamente (PAROLIN, 2007, p. 68).

A autora evidencia que é necessário a avaliação voltada às atividades desenvolvidas para casa, tanto por parte da escola quanto da família. Torna-se

atribuição da escola trabalhar a importância dessas atividades extraclasse para que o aluno tenha gosto para realizá-las, ressalta-se que o papel da família na escola é de suma importância para que possa acompanhar o desenvolvimento educacional do aluno, assim, evita qualquer conflito que possa surgir entre escola e família, tais atividades tornam-se um elo entre ambas.

Por ser formadora de seres críticos, capazes de pensar, criar, relacionar e fazer construir um projeto de vida, torna-se função da escola desenvolver todo o seu trabalho voltado no cotidiano do aluno, buscando melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem do aluno, assim, o bem-estar e social do aluno estará garantido enquanto escola (VASCONCELLOS, 2006).

É indispensável que família e escola sejam parceiras, com os papéis bem definidos, onde não se pratica a exigência e sim a proposta, o acordo. A família pode sugerir encontros para a escola, não ficando presos somente às reuniões formais, pois além de ser um bom momento para consolidar a confiança, podem discutir juntos acerca dos seus papéis. A escola pode estimular a participação dos pais, procurando conhecer o que pensam e fazem e obtendo informações sobre a criança (LOPES, 2009, p. 01).

Observa-se que a autora menciona que a participação da família no ambiente educacional é um fator indispensável para o desenvolvimento crítico do aluno, esta participação faz com que surjam informações, sugestões e solicitações para que a escola possa rever suas práticas pedagógicas, no qual aproxima a escola da realidade de vida dos alunos, com o auxílio das atribuições do técnico educacional os alunos se sentiram estimulados a ter interesse nas atividades escolares.

Assim, é importante frisar que a interação da escola, do técnico educacional e a família na vida do aluno é um fator essencial para o crescimento educacional de forma geral, vale ressaltar que, se o aluno alcança o sucesso a escola é a maior beneficiada, uma vez que ela é quem está auxiliando o aluno no desenvolvimento de suas atividades extraclasse.

3 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA - PA

3.1 METODOLOGIA APLICADA AO ESTUDO

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, por meio de uma revisão da literatura, com fontes secundárias, realizada através da busca de artigos com os seguintes descritores: “Educação de qualidade”, “problemáticas individuais e coletivas refletidas na Escola” e “o papel dos técnicos educacionais”, fundamentado em vários autores que tratam da temática em questão.

Severino (2007, p. 122) destaca que “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

De acordo com Mattos (2015) a revisão bibliográfica ou levantamento de literatura é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos.

Na presente pesquisa foi realizada uma análise qualitativa, pois, ao mesmo tempo em que se utilizou elementos particulares, buscou-se a medição dos resultados através da análise dos artigos que corroborassem com a temática estudada.

Na pesquisa qualitativa, Minayo (2001, p. 21) descreve como aquela “que se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Foi utilizada também uma pesquisa descritiva que de acordo com Gil (1999), têm como intuito principal descrever com detalhes as características de uma população em questão, um fenômeno, uma situação. Existem muitos estudos que

podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Sobre a pesquisa exploratória que também foi aplicada, Gil (1999) diz que este tipo de pesquisa tem como objetivo fundamental a identificação dos fatos que definem ou que colaboram para o acontecimento de um fenômeno. Ela busca explicar como o fenômeno ocorre e quais os fatores que contribuem para o acontecimento. Entre todos os tipos de pesquisa, essa é a que mais se aprofunda na informação dos fatos.

A revisão integrativa tem uma abordagem metodológica ampla referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão integral do fenômeno a ser estudado. Com a combinação dos dados teóricos e empíricos é possível realizar a definição de conceitos, revisão de teorias e evidências e análise de problemas metodológicos de um tópico específico (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Os autores supracitados esclarecem que a revisão de literatura foi eleita como método de pesquisa porque permite a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis acerca da temática abordada, sendo o seu produto final o estado atual do conhecimento do tema investigado, a implementação de intervenções efetivas na assistência à saúde e a redução de custos, bem como a identificação de lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco, situada a passagem Claudio Couto, nº 116, no Bairro São José, foi fundada no dia 31 de março de 1973, na administração do excelentíssimo senhor Altamira Raimundo da Silva. O nome da referida escola foi em homenagem ao excelentíssimo **Presidente Castelo Branco**, em 1999 na administração do Excelentíssimo Prefeito Edilson Dias Botelho foi construída uma nova instituição de ensino (DADOS DA PESQUISA, 2023).

A Escola passou por vários processos Educacionais como: 1º Grau, R/C (Regime de Convenio), municipalizada que hoje é Municipal. Com seus 46 anos de história na educação de Itaituba, vem contribuindo para formar muitos cidadãos Itaitubenses dos quais se encontram inseridos no mercado de trabalho dessa região, nas mais diversas profissões, razão esta, de orgulho para comunidade escolar (DADOS DA PESQUISA, 2023).

Hoje a Escola dispõe de uma estrutura física apropriada para atender os 500 alunos matriculados na Educação Inclusiva, Educação Infantil e Ensino Fundamental I, com 20 turmas para assim proporcionar bem-estar e um ensino eficaz de qualidade a todos que adentram nesse espaço escolar (DADOS DA PESQUISA, 2023).

Quanto ao aspecto físico a escola tem 11 salas de aulas, uma sala de Recurso Multifuncional onde é feito o atendimento dos alunos do AEE (Atendimento Educacional Especializado), banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, rampa de acessibilidade, quadra poliesportiva coberta, diretoria, secretaria (DADOS DA PESQUISA, 2023).

Este educandário tem uma sala cedida para guarda da documentação das escolas extintas. Uma área coberta onde atende nossos alunos na hora da merenda 1 laboratório de informática, 1 laboratório de ciências, 1 biblioteca, parque infantil, 1 cozinha, 1 sala de professores, jardim, 1 quadra coberta e uma pequena horta escolar (DADOS DA PESQUISA, 2023).

Tem 48 colaboradores distribuídos entre uma técnica escolar, uma secretaria e conta com o apoio de 26 docentes, 03 cuidadoras, 03 auxiliares administrativos, 02 merendeiras, quatro auxiliares de serviços gerais e 03 vigias, para auxiliar os 500 discentes matriculados no desenvolvimento pleno de sua aprendizagem (DADOS DA PESQUISA, 2023).

3.3 PERCEPÇÕES DA PARTICIPANTE DA PESQUISA

Participou da pesquisa a técnica educacional da Escola e foi aplicada a esta um questionário com 10 (dez) questões, sendo 1 (uma) questão para traçar o perfil 9 (nove) questões abertas sobre a atuação do técnico educacional.

Na primeira questão do questionário foram traçados o perfil e a identificação da entrevistada.

Técnica: *tenho 46 anos de idade, sou formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará- UFPA e mestre em ciência da educação, e atuo como técnica educacional há 12 anos.*

Análise: De acordo com a técnica da escola, possui uma vasta experiência no cargo, e que contribuem de forma satisfatória para o crescimento daquela instituição de ensino, assim, é necessário que a sociedade conheça a identidade e as atribuições do técnico educacional na escola.

De acordo com Libâneo (2007, p. 47): “a identidade profissional do pedagogo reconhece, portanto, na identidade do campo da investigação e na sua atuação dentro da variedade de atividades voltadas para o educacional e para o educativo”.

Portanto, é importante frisar que o técnico constrói sua identidade no decorrer de suas práticas, em atuar em diferentes áreas pedagógicas, como: na administração, planejamento e orientação educacional, pois o mesmo trabalha de acordo com o Projeto Político Pedagógico em busca da eficácia do processo de ensino aprendizagem.

A segunda questão era se os professores possuem conhecimento do papel do técnico educacional.

Técnica: *Alguns professores sim, pois entendem que o nosso papel é de apoio pedagógico, e outros professores ainda nos ver como um fiscal da sua atuação profissional.*

Análise: Observa-se que a técnica afirma que os professores conhecem qual é a sua função no ambiente escolar, porém, como enfatiza a técnica ainda tem professores que enxergam essas profissionais como um fiscal de suas ações pedagógicas, e se recusam a aceitar que o trabalho destas é de apoio para que o docente desenvolva um bom trabalho em sala de aula, vale ressaltar que é de suma importância, que todos os profissionais da educação devem conhecer o que está descrito no PCCR, pois o técnico realiza atividades que ultrapassa suas atribuições.

[...] é certo que podemos ter ensino de qualidade só com professores, todavia as pesquisas educacionais têm demonstrado à exaustão que as escolas que têm ensino de melhor qualidade contam sempre com a presença de alguma liderança pedagógica, sendo que muito frequentemente esta liderança é exercida pela direção, orientação, supervisão ou coordenação pedagógica, até pela possibilidade que têm, por contingência do tipo de atividade que exercem, de construir uma visão de conjunto da instituição. (Vasconcelos 2002, p. 69)

A questão seguinte respondida pela técnica educacional foi sobre quais suas principais atividades desenvolvidas enquanto técnico educacional.

Técnica: *As atividades que desenvolvemos na escola estão postas no Projeto Político Pedagógico-PPP, entre elas estão a formação continuada para professores no início de cada ano letivo, reuniões e apoio pedagógico condizente com o processo de ensino aprendizagem.*

Análise: Nota-se que a técnica realiza as atividades da escola em parceria, é importante frisar que ambas mencionam sobre realização da Jornada Pedagógica,

atividade está nominada a principal para o ano em curso, pois nela constará todas as atividades a serem desenvolvidas, e irá proporcionar momentos de discussão voltados a datas comemorativas, projetos, objetivos, metas e palestras voltadas para aperfeiçoamento profissional.

De acordo com Libâneo (2006, p. 227): “[...] a formação continuada é uma das funções da organização escolar, envolvendo tanto o setor pedagógico como o técnico e administrativo”, contudo, observa-se que, trabalhar em prol deste processo de formação continuada é uma das principais atividades desenvolvidas pelo técnico e gestores da instituição pois nela envolverá todas os planos para o ano em curso.

A seguir a técnica foi questionada de como era feito o planejamento do serviço desenvolvido pela mesma.

Técnica: *Sempre é feito com base no Projeto Político Pedagógico- PPP e o Plano Anual de Ação da escola.*

Análise: Observou-se que no decorrer da entrevista com a técnica, esta esclareceu que suas ações enquanto técnica educacional estão embasadas no Projeto Político Pedagógico que é readequado na Jornada Pedagógica anualmente, e no Plano de ação, relatando que suas atuações profissionais estão de acordo com estes documentos tão importantes para a escola.

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30).

A técnica foi questionada se suas reais condições de trabalho no cotidiano escolar proporciona um trabalho com êxito.

Técnica: *Na maioria das vezes conseguimos desenvolver um bom trabalho, mais há casos de não alcançarmos nossos objetivos. Possui professores que não se abrem com o técnico, que não aceitam segunda opiniões, pois já estão acostumados com o tradicionalismo.*

Análise: Para conseguir realizar todas as atividades que a técnica elabora, é preciso que haja um trabalho em equipe, desde o professor aceitar o apoio do técnico quando está tendo dificuldades em suas práticas pedagógicas, à direção da escola

para disponibilizar recursos materiais para o técnico trabalhar. Observa-se que ao analisar o relato da entrevistada, esta exhibe a insatisfação em dizer que não recebem apoio para pôr em prática seus planos, que visam melhorias para toda a comunidade escolar.

Os efeitos de caráter negativo que afetam o professor, como resultado as condições psicológicas e sociais em que exerce a docência, ocorre devido à mudança corriqueira da sociedade, o uso da tecnologia tornou-se o principal vilão desse profissional, que muitas das vezes não consegue lidar com esse mecanismo, resultando em aspectos negativos às suas práticas pedagógicas (ESTEVE, 1995).

Ao ser questionada como ocorre o acompanhamento do docente e discente no processo de aprendizagem as técnicas responderam:

Técnica: *Diariamente em observações no cotidiano escolar, nos cadernos dos docentes e discentes por meio dos documentos escolares como: fichas individuais, boletins e do programa gestor.*

Análise: Constatou-se que a técnica da escola faz o acompanhamento dos professores e alunos através de documentos, nota-se a importância de deixar que o professor tome as decisões em sala de aula, para que o aluno não pense que é o técnico quem resolve as situações, assim, a técnica só irá intervir na sala de aula se o professor pedir apoio, respeitando a autoridade do docente na sala de aula.

Caminhar na direção da democracia na escola, na construção de sua identidade como espaço-tempo pedagógico com organização e projeto político próprio, com base nas convicções que envolvem o processo como construção coletiva, supõe e exige: [...] uma coordenação administrativo-pedagógica competente e interativa que estimule, planeje, comande, avalie, apoie e dialogue sempre, continuamente (BUSSMAN 2006, p. 51 e 52)

A seguir a técnica foi questionada se ela encontra resistências por parte dos professores ao desenvolver o seu trabalho, visto que muitas vezes esse profissional não é visto como um aliado e sim como um fiscal.

Técnica: *Algumas vezes sim, porque alguns docentes não nos veem como um apoio pedagógico, e sim como um fiscal do trabalho deles. Contudo conseguimos mostrar que somos um apoio pedagógico.*

Análise: Perante o relato da técnica, nota-se que, mesmo com a resistência dos professores ela não permite que prejudiquem o seu trabalho, pois ela mostra para eles na jornada pedagógica o quanto que a intervenção dela resulta em sucesso.

Todo o planejamento educacional, corresponde às marcas e valores da sociedade, e o trabalho do técnico educacional deve ultrapassar obstáculos pertinentes ao cotidiano, este profissional atua como facilitador do desenvolvimento do trabalho docente, tornando possível o funcionamento do processo educativo na instituição (FREIRE, 2003).

Ao ser questionada se a Secretaria Municipal de Educação oferece apoio, como curso de formação continuada, encontros, treinamento, e etc. a técnica respondeu que:

Técnica: *Durante a minha atuação como técnica educacional foram poucas as vezes que a secretaria de educação ofertou, muitas vezes procuramos formações com recursos próprios.*

Análise: Observa-se que a técnica busca aperfeiçoamento profissional com recursos próprios, e que são mínimos o apoio recebido pela secretaria de educação quando se fala em formação voltada para o técnico educacional. Ressalta-se a importância que a Semana pedagógica ou/ Jornada Pedagógica tem dentro de uma escola, pois ela mobiliza informações enriquecedoras para todos os servidores da instituição, parabeniza se as técnicas por todo o esforço e dedicação na realização desta semana, uma vez que todos aprendem juntos.

A formação do docente é uma ação que deve ocorrer de forma contínua e progressiva, que atribui a valorização significativa para as práticas pedagógicas e para a experiência construtiva da formação do professor, desta forma o aperfeiçoamento profissional é de suma importância para uma educação inovadora (VEIGA, 2012).

Na penúltima questão a técnica mencionou a respeito dos principais obstáculos encontrados por ela no desempenho de suas funções.

Técnica: *A falta de estrutura e equipamentos que o sistema educacional não nos proporciona. A falta do apoio para a execução daquilo que você planejou, a falta de formação continuada pois as conferências que já fiz todas são feitas com recursos próprios para aperfeiçoamento profissional.*

Análise: Observa-se que a falta de estrutura, equipamento e apoio são os fatores que deixam a desejar na realização do trabalho, e mesmo assim, a técnica incansavelmente busca recursos próprios para se aperfeiçoar e repassar os conhecimentos adquiridos na semana pedagógica, com o intuito de repassar aos professores novas metodologias de ensino.

A não formação voltada para o técnico educacional, faz com que há casos de não ter certeza de como irá desenvolver suas atribuições no ambiente educacional, ficando inseguro, e se dedicando a outras atividades que fogem das suas funções, contudo, são os desafios diários que faz com que este profissional busque aperfeiçoamento por meios próprios uma vez que são poucas as vezes que recebe formações gratuitas (ALMEIDA; PLACCO, 2015).

Por fim as técnicas foram questionadas de como que acontece a sua relação com a família.

Técnica: *Minha relação com a família, na maioria das vezes são boas, contudo quando há necessidade de agir de forma enérgica, fazer denúncia a autoridades quando há maus-tratos, abandono intelectual, não meço esforços para fazer o correto, e é neste ponto que o técnico não é aceito pela família.*

Análise: Nota-se que a presença da família é de suma importância para que haja a credibilidade do trabalho do técnico na escola, para que o aluno sinta-se acolhido no ambiente escolar é preciso uma boa relação envolvendo a escola e a família, somente assim que resultará o sucesso do aluno, quando o técnico solicita a presença da família para auxílio de decisões tornam se aliados com os mesmos objetivos.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades[...] (PIAGET, 2007, p. 50).

Perante a entrevista com a técnica educacional, pode-se observar que apesar de inúmeros fatores que dificultam a realização das suas atividades, esta mostra que é essencial realizar um trabalho em equipe, e com o apoio dos professores e a família o sucesso do aluno é algo garantido, e o processo de ensino aprendizagem irá ter melhorias de acordo com o interesse dos alunos em adquirir conhecimentos.

CONCLUSÃO

A escola é um ambiente em que se adquire valores, possuindo profissionais com uma visão de totalidade sobre a prática coletiva em um trabalho orientado na relação professor x aluno, professores x coordenadores pedagógicos, que qualifiquem o ensino da melhor forma possível, com o objetivo de formar cidadãos consciente e crítico

Verificou-se que função do técnico educacional se ampliou, englobando às preocupações da Educação que se refletem na sociedade e vice-versa. Este profissional dedica-se, entre outras tarefas, a responder aos reclamos e à mediação de conflitos, a dar suporte para a gestão e para a docência, atenção aos pais e ou responsáveis e, principalmente, aos alunos no que tange às suas necessidades educacionais e emocionais.

O principal objetivo da função do técnico educacional é garantir que o processo de ensino-aprendizagem seja bem-sucedido para os alunos. Este pedagogo desempenha tarefas cotidianas que compreendem o atendimento a pais e alunos, planejamento do processo educativo, estando presente em todas as atividades desenvolvidas na escola, até mesmo auxiliando na formação dos professores com quem trabalha.

A presença do técnico na escola é extremamente útil porque este possui conhecimentos que podem ajudar a equipe diretiva da escola, pois ele é um pedagogo que recebeu teorias na academia e, estes conhecimentos devem estar articulados no processo de ensino aprendizagem. Fico passível de conclusão que os técnicos educacionais representam papel de suma importância no desenvolvimento dos educandos, não somente voltados às questões pedagógicas, mas com um olhar sobre o educando como um todo, com vistas a uma Educação de qualidade.

Portanto, conclui-se que são muitos os desafios que o técnico educacional encontra na escola, desde o processo pedagógico, administrativo até o coletivo. Ressalta-se, que não se tem a intenção de estabelecer critérios de como esse profissional deve proceder seu trabalho, porque cada escola tem suas dificuldades e seus desafios, no entanto, devem ser pensadas a partir de sua realidade. Assim, compreende-se que o técnico resolve os desafios da escola através do diálogo, da comunicação e da parceria com os demais colaboradores da escola, expondo as dificuldades e juntos buscar alternativas para o sucesso da escola.

REFERÊNCIAS

- ALIENDE, Felipe; CONDEMARIN, Mabel. (Org.). **A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BALESTRO, M. **A trajetória e a prática da orientação educacional**. Revista Prospectiva n. 28, 2004/2005.
- BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho – pais bons o bastante**. 18. ed. São Paulo: Campus. 1992.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição Da República Federativa do Brasil**. Brasília: 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2019.
- BRASIL, MEC. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer nº 017/2001. Brasília. MEC/CNE, 2001.
- BRASIL. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96** de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Fundação ABRINQ. **Pandemia de Covid-19 no Brasil**. 2021. disponível em: <https://www.fadc.org.br/taxonomy/term/pandemia>. Acesso em: jul. de 2022.
- BRASIL, Instituto de Medicina Estudos e Desenvolvidimentos (IMED). **O isolamento social, em detrimento à pandemia do novo Corona Vírus**. 2020. Disponível em: <http://imed.org.br/estudos/>. Acesso em jul. de 2022.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, escola e docência**. Novos tempos, novas atitudes/São Paulo: Cortez, 2014.
- CUNHA, N. H S. **A Brinquedoteca Brasileira**. In: SANTOS, M. P. dos. Brinquedoteca: O lúdico em diferentes contextos. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- CURY, Augusto. **Pais Brilhantes – Professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- CURY, Augusto. **12 Semanas para Mudar sua Vida** – São Paulo: Editora Academia de Inteligência, 2007.
- DATNER, Yvette. **Jogos para educação empresarial: jogos, jogos dramáticos, role playing, jogos de empresa**. São Paulo: Ágora, 2006.
- DESMARQUES, Dan. **Audácia: Como Tomar Decisões Rápidas e Eficientes em Qualquer Situação**. São Paulo: Editora Lions, 2021.
- EDWARDS, Poppi. **O Poder do pensamento Positivo: Como Avaliar seu Estresse e Mudar sua Vida**. 2016. www.babelcube.com. Acesso em jun. de 2022.

ESTEVEES, Antonio J. (org.), **A sociologia na escola – Professores, educação e desenvolvimento**. Porto, Afrontamento, 1989.

FANTIN, M. **Mídia-educação no ensino e o currículo como prática cultural**. **Currículo sem Fronteiras** [on-line], v. 12, n. 2, p. 437-452, maio/ago. 2012.

FONSECA, Eneida Simões e CECCIM, Ricardo. **Atendimento pedagógico-educacional hospitalar: promoção do desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança hospitalizada**. Revista Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo, v.7, no 42, pp.24-36, jan./fev., 1999.

FRANCO, Maria Amélia S. **Para um currículo de formação de pedagogos: indicativos**. In: PIMENTA, Selma G. (org.), **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**, 3.ed., São Paulo: Cortez, 201, p.101- 129

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FREITAS, Marcos Cezar de. **Para uma sociologia histórica da infância no Brasil**. In: (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 11-18.

GARCIA, Regina Leite. **Síntese das Anotações dos Especialistas no Encontro com a Professora Regina Leite Garcia. Palestra: O papel do especialista na escola atual**. In: Evento: O Papel do Especialista na Escola Atual; Inst. Promotor-financeira: Secretaria Municipal de Educação de Itajaí, 1995.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Tradução: Isabel Narciso, Porto: Porto Editora, 1999. (Coleção Ciência da Educação Século XXI)

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. (coleção questões da nossa época, v.1).

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. (2006). disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf>. Acesso em jul. de 2022.

GONÇALVES, Harryson Júnio Lessa.; ABENSUR, Patrícia Lima Dubeux; QUEIROZ, Soraya Menezes. **Identidade de profissionais da educação na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: os especialistas em educação**. Sinergia, São Paulo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, v.10, n.1, p.9-15, jan/jun./2010. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/>

edu/prp/sinergia/complemento/sinergia_2010_n1/pdf_s/segmentos/artigo_01_v10_n1.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. **A prática dos orientadores educacionais**. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 1992. .

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2002.

HEERDT, Mauri Luiz e COPPI, Paulo. **Como Educar Hoje? Reflexões e propostas para uma educação integral**. São Paulo: Mundo e Missão, 2003. p. 34,69,70

HEMSATH, Dave e YERKES, Leslie. **Divirta-se: saiba tornar seu ambiente de trabalho agradável e divertido**. São Paulo: Futura, 1998.

HILL, Napoleon. **Mais esperto que o diabo**. Porto Alegre: CDG, 2019.

HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. **O orientador educacional no Brasil**. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/edur/a/XgFGvjdzBmGDQgJHprVBnxB/abstract/?lang=pt>. Acesso em jul. de 2022.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, Leitura e Escrita: formação de professores em curso**. São Paulo, Ática, 2010.

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010

KUPFER, Maria Cristina. (Orgs). **Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno-sujeito**, São Paulo: Editora Escuta, 2021.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002 e 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. **Diretrizes Curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 27, n. 96, 2006.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de. TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LINHARES, Maria Beatriz Martins. **Estresse precoce no desenvolvimento: impactos na saúde e mecanismos de proteção**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Sp37RNtbJQKzBPPTKBWJrfj/?lang=pt>. Acesso em jul. de 2022.

LOPES, Isolda (Org.). **Pedagogia empresarial: formas e contexto de atuação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Wak, 2009.

LOPES, Patrícia. **Atuação dos pais na educação**. 2009. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_gestao_unicentro_ivetefreitasdacosta.pdf> Acesso em 11 de novembro de 2019.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf> Acesso em: 25 de ag. de 2019.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil**. UCDB. Campo Grande - MS. 2008.

MACHADO, Maria Lucia (Org.). **Encontros & desencontros em Educação Infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021. p. 235-248.

MEDINA, Antônio da Silva. **Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, A. Flávio. **Currículo, cultura e formação de professores educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001. IN: SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios educar. Curitiba, n. 31, p. 73-89, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06.pdf>> Acesso em: 7 de jun. de 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 -Especial, p. 661-690, out. 2012. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003> >. Acesso em 02 de maio de

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão Democrática da Educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OMS, Organização Mundial d Saúde. **Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Disponível: 2001. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42390/WHO_2001_por.pdf;jsessionid=BF3E3CA1158860A3B83733F3E45E4E1F?sequence=4. Acesso em> jun. de 2021.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Doença causada pelo novo corona vírus (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-covid-19>. Acesso em jun. de 2022.

ORITZ, LCM. Ensinando a alegria á classe Hospitalar. Vida, Saúde, Educação e Meio ambiente. 7p. Jul/Set.1999.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública**. 3a edição. São Paulo: Ática, 2005.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Família e Escola: Instituições Parceiras**. IN: **Temas em Educação II**. 2003. São Paulo. Anais... São Paulo: Futuro Congresso e Eventos Ltda., 2003 p. 91-99.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Pais e educadores: quem tem tempo de estudar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1988.

PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança**. 1999, DISPONÍVEL EM: <https://www.scielo.br/j/es/a/GVJNtv6QYmQY7WFv85SdyWy/abstract/?lang=pt>. Acesso em jul. de 2022.

PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. **O papel do Coordenador Pedagógico**. São Paulo, **Revista Educação**. Ed. Segmento, ano 12, nº 142, fev. 2010.

RANGEL, Mary (org.). **Supervisão Pedagógica: Princípios e práticas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

REIS, R. P. **Relação família e escola: uma parceria que dá certo**. Mundo Jovem, n. 373. fev. 2007.

RIBBLE, M. **Digital Citizenship in Schools**. 2010. Disponível em: Acesso em: 25 mai. 2021.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANDER, BENNO. **Administração da Educação no Brasil: Genealogia do Conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

SALTINI, Cláudio J.P. **Afetividade e inteligência**. Rio de Janeiro: DPA, 1999.

SAVIANE, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade**. Cad. Pesqui. São Paulo, v. 37, n. 130, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

Skinner, B. F. **Teaching thinking**. Em B. F. Skinner., **The technology of teaching** (pp. 115-144). New York: Meredith Corporation. (1968).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Amadeu Bernardo. **Como lidar com a perda/São Paulo/Brasil-2013**.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQT BkVJZqcWrT T34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jul. de 2022.

WALLON, H. **Afetividade e aprendizagem**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **O currículo organizado em ciclos de formação. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2006. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_gestao_unicentro_ivetefreitasdacosta.pdf. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

VEIGA, Ima Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VIEIRA, Paulo. **Poder e Alta Performance: Manual prático para reprogramar seus hábitos e promover mudanças profundas em sua vida**. São Paulo: Editora Gente, 2017.